

Jorge
Coutinho

«O futuro é o passado que amanhece»

«(O futuro é o passado que amanhece)»

Saudade e identidade nacional em Teixeira de Pascoaes

Por Jorge Coutinho

1. A questão da identidade das nações

Uma nação, como uma pessoa, carrega consigo um problema de identidade. Que não é de pouca monta. Que o digam quantos observam o que se tem passado, por exemplo, na região dos Balcãs, em boa parte do espaço do continente africano ao sul do Sara ou nas terras da Palestina. As permanentes tensões são aí, no fundo, derivadas de problemas de (não) identidade ou de deficiência na identidade.

A não identidade sendo, no essencial, uma questão ontológica, de total ou parcial alienação do ser que se é, instaura, por reflexo, aí onde se verifica, um problema psicológico: seja a nível dos indivíduos seja a nível das colectividades, cada qual gosta de ser ele mesmo; e não se sente bem quando, por qualquer via, se vê reduzido a condições de alienação. Ser outro é uma forma de mal-ser. E isso causa sentimento de mal-estar. Daí as tensões inerentes a toda a situação em que a identidade não é respeitada.

No que se refere à identidade das nações, é sabido que, para além de casos dramáticos como os que acabei de referir, ela se tornou hoje uma questão aguda e generalizada, em razão da tendência para a mundialização ou a transnacionalização da cultura. Os *media*, a internet, a facilidade de comunicações, as migrações, e em geral tudo aquilo que contribui para que o nosso mundo se vá transformando numa «aldeia global» acabou por trazer à consciência colectiva o receio pela fusão e unidimensionalização das culturas e, em consequência, o zelo pela afirmação da idiossincrasia de cada povo e do seu rosto cultural próprio e inalienável. Na União Europeia, em particular, esta questão anda ligada com o debate político em torno do valor das diferenças regionais e das identidades nacionais, face ao perigo de um potencial nivelamento a nível intra-europeu.

2. Identidade e memória

Na definição de uma qualquer identidade concreta, a grande tradição do pensamento filosófico, dominada pela vigência da metafísica essencialista, tendeu a valorizar predominantemente, senão exclusivamente, os dados intemporais sobre os históricos ou a coordenada espacial sobre a temporal. Na metafísica de Aristóteles, como na de S. Tomás de Aquino, o individual definia-se por oposição ao universal. A identidade concreta de uma coisa era dada pela sua individualidade. Mesmo tratando-se de uma pessoa, o que o carácter pessoal acrescentava à individualidade coisal era ainda algo de «essencial». Tal era a nota da racionalidade¹. Na

¹ Assim Boécio estabeleceu a sua famosa definição: «a pessoa é uma substância individual de natureza racional»: *Contra Eutichen et Nestorium*, c. 4. Donde a equivalente definição de S. Tomás de Aquino: «um subsistente distinto em natureza racional» (*Summa Theologiae* I, 29, 3).

demarcação de outras pessoas o que se tinha em conta, mais que a unicidade irrepitível da pessoa como pessoa, eram as suas notas individuantes (colhidas entre os nove acidentes de Aristóteles), quase todas de carácter intemporal.

O que se passava com os indivíduos passava-se também com as nações. Uma nação era definida essencialmente pelas características espaciais ou geográficas, embora nestas se incluíssem, ao lado da geografia física, a geografia humana com os seus dados antropológico-etnográficos. Uma nação era uma terra com traços geográficos marcantes e fronteiras definidas e/ou um povo (como no caso da autodesignada nação árabe) com uma raça e uma cultura próprias, embora espalhado por diferentes países com fronteiras e estados exclusivos.

350

Hoje, porém, quando a filosofia essencialista se vê em boa medida superada pelo pensamento existencial, hermenêutico e historicista, é sobretudo à temporalidade que se vai buscar o que identifica uma pessoa ou uma colectividade. Mais, porém, que a temporalidade histórica, entendida como temporalidade objectivada, conta aí a temporalidade vivenciada e, por isso, a memória de uma vida, individual ou colectiva, que se viveu no passado e se projecta no futuro através do presente.

3. Da cultura do esquecimento ao cultivo da memória

Esta busca da identidade de um povo pela via da memória, acompanhando e seguindo a orientação posmoderna da filosofia e da cultura, aparece como reacção contra a modernidade, não só enquanto ainda dominada por formas de pensamento essencialista (ou metafísico, na designação de Heidegger), mas também como cultura do esquecimento ou da ruptura com o passado.

É sabido que a cultura moderna se desenvolveu, sobretudo desde o Iluminismo, como uma cultura da amnésia ou como uma cultura sem memória. No seu início, a ideologia iluminista enfatizou o moderno enquanto culto da racionalidade e do progresso dela decorrente, contra a má memória de um passado obscurantista em que lançava raízes a cultura ligada ao Antigo Regime e ao cristianismo ligado ele mesmo a uma Igreja de modelo medieval teimosamente remanescente e avesso à modernidade.

No seu paroxismo, ou talvez antes, na sua degenerescência, o culto da modernidade acabou por gerar uma cultura - a do nosso tempo - que Gilles Lipovetsky, no próprio título de um dos seus ensaios designou como o «império do efémero». Se nas formas precedentes o passado estava ainda presente como antítese a superar dialecticamente pelo futuro, no interior do actual império da moda passado e futuro desapareceram do horizonte mental e existencial. Só o instante presente e evanescente interessa. O culto do moderno deu lugar ao culto da moda. O império do efémero é justamente o império da moda, quer dizer, do que está aí como o que é de hoje, esquecendo o que foi ontem e destinado a ser esquecido pelo que irá ditar a moda de amanhã.

Isto verifica-se tanto no plano da história, como no da cultura, como no da filosofia como no da religião. O homem moderno esqueceu o passado colectivo que determinou a situação presente, esqueceu a tradição que lhe configurava a vida, esqueceu o originário profundo e metafísico do mundo e de si mesmo, e por fim, e em parte por consequência, esqueceu Deus.

Assim, a cultura em que estamos (ainda) lançados pela remanescente modernidade - aquilo que se tem chamado a modernidade tardia, diferente, em rigor, de uma posmodernidade

propriamente dita - apresenta-se como a de um homem não apenas sem memória mas também sem projecto. Não sabe donde vem e, em consequência, não sabe para onde vai. O existir do nosso tempo, no plano individual como no colectivo, configura-se mais como um boiar - um *suijar* de divertimento - na crista da onda, em mar de nevoeiro, do que como um fazer caminho em mar incerto mas aberto em abertura de sentido.

Justamente o problema do sentido, hoje, como se sabe, real e muitas vezes agudo, parece ser determinante na humana necessidade de recorrer à memória como indicador de identidade. É que, tanto individual como colectivamente, somos o que somos, não apenas pelo que (agora) somos nem pelo que determinamos ser no futuro, mas também pelo que, no decurso do tempo, fizemos de nós. Daí que a cultura do esquecimento se torne particularmente grave para o problema da identidade quando atinge o que de mais fundo há em nós, isto é, o nosso próprio ser entendido como o que se esconde por detrás do eventual-temporal e que através deste se vai desvelando. Na sensibilidade e na cultura do nosso tempo, a busca da identidade não pode assim prescindir da escuta do mistério do ser em desvelamento no decurso da temporalidade. Quem não sabe donde vem nem para onde vai, verdadeiramente não sabe de si mesmo.

4. Memória, saudade e identidade

Não admira, pois, que o nosso tempo venha assistindo a um regresso do interesse pela memória, acompanhando a viragem do paradigma essencialista e intemporal do pensamento filosófico para os paradigmas hermenêutico e narrativo. É aqui que o nosso poeta-pensador Teixeira de Pascoaes, cuja obra foi produzida desde a viragem do século XIX para o que está ainda em curso, se revela, em algumas ideias essenciais, como um profeta e precursor.

Se hoje, decorrido perto de um século sobre a pascoaesiana filosofia poética da saudade e sobre a campanha da «Renascença Portuguesa», o tema da memória anda aí na preocupação da filosofia como um dos temas privilegiados, podemos dizer que não é apenas a vingança, tardia embora, do tempo presente contra essa cultura do esquecimento inculcada e difundida pela modernidade, mas é também a justiça feita a um poeta-pensador, intuidor de coisas que passavam ao lado das preocupações e concepções da grande corrente do tempo, e que, à distância de quase um século, intuiu particularmente o valor e a importância da memória na vida dos indivíduos, na vida das nações e na vida da humanidade. Arreigado à sua aparentemente ingénua intuição poética, ele apercebeu-se do logro que seria o esquecimento do ser que nos identifica, inquietou-se e lançou avisos à navegação.

A sua inquietação acompanhou o evoluir da história portuguesa na sequência da revolução republicana de 1910, numa altura em que a intelectualidade do País se embrenhava com um entusiasmo, ele mesmo algo ingénuo, pelo valor da modernidade, a que se associava, com razão, o da transnacionalidade, especialmente entendida como europeidade.

De facto, aquele entusiasmo pela modernidade que acabou por dar no movimento filosófico e estético do modernismo andava entre nós, ao tempo do «saudosismo», furiosamente na onda da moda, desde a geração de 70, como reacção contra o estado e o sentimento generalizados de decadência nacional presentes no corpo e na alma de um povo demasiado contemplativo das suas glórias passadas e demasiado pouco aberto e disposto aos ventos do progresso e da modernização que iam animando a vida de outros povos, especialmente na

Europa próxima de nós. Já então, como agora, o problema da modernidade era obrigado a confrontar-se com o da identidade.

No seu isolamento provinciano e rural, no contacto com a terra e o povo, Pascoaes intuiu razões profundas para, face aos perigos de uma abertura desnaturante e de uma modernização desenraizadora, afirmar a necessidade da preservação da nossa inconfundibilidade como povo, em função da qual era suposto que a nossa abertura ao futuro modernizador só poderia dar-se na condição de preservar a fidelidade ao nosso passado configurador. Esta era a dupla e inseparável tese que opunha àqueles que, na efervescência cosmopolita da capital aonde confluíam ideias e modelos vindos de fora, perceberam, também eles com a sua parte de razão, que não podíamos ficar isolados na autocontemplação narcisista de nós mesmos nem paralisados com os olhos postos no passado que nos precedera.

Pascoaes não era contra a modernização do País nem contra o contributo que ideias e modelos estrangeiros poderiam trazer para o efeito, como o acusou António Sérgio e como, ainda hoje, podem pensar outros, superficial e ignorantemente. Se foi um poeta-pensador saudosista, não foi um passadista. A sua tónica posta no passado e na sua importância para a identidade nacional foram o seu contraponto ou a sua reacção dialéctica contra a tónica ou o excesso de sentido contrário, tal como a sua preferência pelos valores típicos de uma civilização rural o foram contra o entusiasmo do tempo pela civilização industrial e os seus excessos.

A sua tese essencial, no que aqui temos em vista, podemos enunciá-la nos termos em que a deixou exarada no primeiro manifesto da «Renascença Portuguesa»: «O Passado é indestrutível; é o abismo, a treva onde o homem mergulha as raízes do seu ser, para dar à nova luz do futuro a sua flor espiritual.»²; ou, em termos ainda mais sintéticos, quando diz que «o futuro é o passado que amanhece»³. O que nesta valorização do passado está subjacente é, de facto, a afirmação da memória humana como presença do passado sempre a abrir-se, através do presente, como sentido configurador do futuro. Aplicado ao problema da identidade nacional, no seu modo de ver, é no passado que mergulham as raízes da árvore da história pátria por onde corre e donde vem ao presente a seiva vital necessária ao seu *próprio* rejuvenescimento e onde se inscreve portanto o sentido de cada nova floração.

Esta presença do passado e do futuro no presente em modo de consciência emotiva ou poética do ser em devir dá, nos textos de Pascoaes, pelo nome de saudade. Não é a saudade vulgar, mas a saudade com sentido metafísico, sendo poético-metafísico todo o seu nuclear pensamento acerca dela. Tal como a entende, como sentimento configurador do ser português, nela se desvela o ser que somos, quer dizer, a nossa identidade colectiva. Somos um povo eminentemente saudoso. Isso nos capacita especialmente para percebermos que só abriremos o verdadeiro caminho do futuro na medida em que o fizermos na fidelidade à memória do essencial de nós mesmos que nos vem do passado.

A saudade, como síntese de lembrança e esperança de que vive, colectivamente e em seu enraizamento telúrico-popular ou como verdadeiro povo, o povo português, deve por isso ser lida, nos textos saudosistas de Pascoaes, como a própria memória viva - ou a «vida

² *Renascença*, «A Águia», vol. I, 2ª série, n.º 1 (Janeiro 1912), p. 1.

³ *Verbo Escuro*, 2ª ed., Álvaro Pinto Editor, Rio de Janeiro, s/d, p. 89.

de memória», de que fala Eduardo Lourenço -, na alma desse povo. Frágeis e mal consistentes são, sem dúvida, as fundamentações de carácter histórico-antropológico e mesmo paisagístico - embora estas tenham bastante que se lhes diga - que o nosso Poeta aduz para a compreensão e a justificação da saudade como alma da Pátria portuguesa. Como frágeis são as sequelas que daí extrai para as suas ideias de raça e outras de ordem afim. E ainda a própria tese da exclusividade portuguesa da saudade. Mais que gastarmos tempo em as discutirmos, melhor as arrumaremos no montão da ganga que deve ser afastada para que melhor reluza a profunda verdade que nela se encobre.

O veio intuitivo é o de que a saudade como alma portuguesa ou como o segredo que, a um tempo, configura o rosto e anima a vida deste povo constitui a especialíssima presença, na sua vivência e consciência colectivas, dessa memória viva por onde, em cada hora presente, o passado vivido ainda é presente e o futuro a viver já está presente. Não o passado em suas realizações concretas ou em sua cristalização-objectivação em lembranças mortas em que o tempo de cada tempo parece ter parado, e que é o passado que se tornou objecto da história. Nem o futuro como objecto de futurologia pré-cognoscente. Mas o passado como sentido aberto e o futuro como sentido a abrir. É isso a memória saudosa enquanto simultaneamente re-conhecimento sentido (e por isso vivido) do próprio ser em seu passado, donde provém o presente que se é e donde decorre a protensão prefigurante do futuro vir-a-ser. Memória sentimental, por certo, que o mesmo é dizer memória vivencial ou memória sempre viva, memória que anima a cultura de um povo, modelando-a como cultura mais emotiva que racional, pois «é *sendo* e não *raciocinando* que ela prova a sua verdade».⁴

A saudade pascoaesiana, em sua ambivalência de lembrança e desejo ou de lembrança e esperança, inscrita, em seu modo vivencial-tensional, no ser que é em modo de devir representada, pois (ou aponta, abre, como sentido), no âmago do ser, no coração do ser humano e na vivência-consciência colectiva do nosso povo, a permanência do passado no presente, como memória do respectivo ser sempre idêntico a si mesmo na sua diferenciação temporal, e a determinação ou a reclamação da fidelidade a essa identidade na sua temporal abertura ao futuro a-fazer. Nela anda, em reserva de memória, o pro-vir orientador do por-vir que a tensão desejosa e esperançosa vai rasgando.

Quando Pascoaes disso faz aplicação ao povo português e ao seu a-fazer histórico, no presente da conjuntura pós-republicana, está pois a querer dizer que o povo português, como povo ingentamente saudosista, leva consigo uma particular aptidão para viver na tensão futurante que lhe vem do passado; e que isso implica, conjuntamente, o dinamismo da abertura ao futuro e a exigência dessa abertura em fidelidade à identidade que o passado configura. Memória, consciência e projecto não podem andar dissociados.

A saudade adquire assim, na vida da Nação, uma função circular e dupla, a que corresponde um duplo estatuto: geramos a saudade que nos revela como povo que por ela deve sempre ser re-generado como o que é. Estatuto ontogenésico e estatuto ontológico são inseparáveis. Conforme o aforismo escolástico, também aqui o agir segue o ser e, pelo agir, o ser torna-se mais-ser na fidelidade ao que em sua natureza já é. O sentido da «renascença» portuguesa como re-generação está aí dado.

⁴ O. c., p. 76.

5. Memória, identidade narrativa e fidelidade

Em sua intuição poética mal definida e conceptualizada, Pascoaes move-se assim na direcção daquilo que Paul Ricoeur viria a tematizar como a identidade narrativa de uma comunidade humana. Somos o que a nossa tradição fez de nós que fomos fazendo essa tradição. A intriga narrativa do texto que é a nossa história passada configura-nos e refigura-nos, a nós que dela recebemos o que somos e que nela nos revemos. De algum modo, vivemos assim na saudade vivida pela comunidade, como Ricoeur e os filósofos hermenêuticos dizem que habitamos a linguagem que falamos e pela qual somos configurados.

O ensaio hermenêutico realizado em *Os Poetas Lusíadas* ilustra, bem melhor que os textos mais abstractos das conferências com que interveio na campanha saudosista da «Renascença Portuguesa», esta dinâmica circular e esta identidade narrativa, em que os poetas próximos do povo desempenham o papel da tradição popular como narrativa de que somos participantes e por onde chega até nós o que nos identifica como povo. Como Ricoeur, aliás, Pascoaes também intuiu que tão importante como a história real é a ficção em que um povo procura traduzir o profundo sentido daquela e de si mesmo. Por isso escreveu: «A Lenda corrige a história»⁵. Por «lenda» entende ele o que melhor designamos por mito. O sebastianismo, como narrativa mitológica nacional, inscreve-se assim, de pleno direito e com relevantes consequências, na intriga ou na narrativa da nossa tradição identificadora.

A saudade como alma portuguesa pode ainda ser aproximada daquilo que, no princípio deste século, Maurice Halbwachs descreveu sob a categoria da memória como distinta e contraposta à categoria da história. A memória constitui a torrente viva do passado que chega até nós, com as suas componentes de subjectividade, afectividade, vivência. A história, por seu lado, é feita de factos objectivos, que são a matéria que preenche as páginas das produções historiográficas. À história interessa a verdade dos factos; à memória é essencial o sentido da fidelidade à direcção que constitui a verdade profunda de um povo, àquilo que ele é em diferença de outros, que o configura em sua identidade, que é permanente na variação temporal, e que não pode ser alterado sem que com isso se adultere essa mesma identidade.

A memória de um povo, como torrente viva da sua consciência colectiva passando de geração a geração, é veiculada pela tradição. A tradição, como indicia a raiz latina da palavra, é essa passagem de testemunho através das sucessivas gerações. É próprio da memória de um povo filtrar o que corresponde à verdade do seu ser como povo, separando e desprezando o que lhe aparece como espúrio. Compreende-se que seja justamente no autêntico *Volklore*, isto é, na tradição do povo ligado à terra, e não nos intelectuais que bebem ideias de fontes estrangeiras, que se guarda e perpetua a memória fiel da comunidade.

Num tempo de cultura do esquecimento, a que não escapa a própria história pátria, valeria pois a pena recolher no Poeta-Filósofo da saudade algumas das suas poéticas intuições, onde andam preciosas sugestões para a revalorização do seu estudo. Não certamente como mera satisfação da curiosidade intelectual, em acumulação erudita de factos mortos. Mas como a grande narrativa identificadora daquilo que somos como povo ou como nação, em diferença do que são outros povos e nações com a sua própria identidade e as suas próprias narrativas.

⁵ São Paulo, vol. 1 das «Obras de Teixeira de Pascoaes», Assírio & Alvim, Lisboa, 1984, p. 246.